

PREGÃO ELETRÔNICO

90028/2024

CONTRATANTE (UASG)

Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA-SP
(990202)

OBJETO

Aquisição de artigos de papel para higiene pessoal

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 612.854,80

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **05/09/2024** às **09h30** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2024

Processo Administrativo SEI nº161.00193280/2024-88

Código Único nº 20240824591

Torna-se público que a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – **Fundação CASA-SP**, por meio da Divisão de Suprimentos, sediada na **Rua Florêncio de Abreu, n.º 848 - 7º andar - Luz - São Paulo - SP - CEP 01030-001**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Portaria Normativa nº 444/2024 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de artigos de papel para higiene pessoal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1. Para os itens 01, 03, 05, 06, 07 e 08 a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere o subitem anterior fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5.2. Nos termos do art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, haverá aplicação de cotas de participação restrita a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, dividindo-se o item 02 (aquisição principal destinada à DRCAP) com o item 09 (aquisição por cota destinada à DRCAP) e o item 04 (aquisição principal destinada à DRMC) com o item 10 (aquisição por cota destinada à DRMC), conforme o detalhamento constante do Termo de Referência.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. No que concerne aos subitens 2.6.2 e 2.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

3.5.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada no subitem 3.5.1, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.3. No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.4. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca

4.1.3. Fabricante.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão

aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos

ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

<u>Item</u>	<u>Valor unitário estimado</u>	<u>Intervalo mínimo de valores</u>
<u>01</u>	R\$ 73,3400	R\$ 0,35
<u>02</u>	R\$ 73,3400	R\$ 0,35
<u>03</u>	R\$ 73,3400	R\$ 0,35
<u>04</u>	R\$ 76,5100	R\$ 0,40

<u>05</u>	R\$ 76,5100	R\$ 0,40
<u>06</u>	R\$ 76,5100	R\$ 0,40
<u>07</u>	R\$ 76,5100	R\$ 0,40
<u>08</u>	R\$ 76,5100	R\$ 0,40
<u>09</u>	R\$ 73,3400	R\$ 0,35
<u>10</u>	R\$ 76,5100	R\$ 0,40

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa “aberto e fechado”.

5.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

5.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.20.2. empresas brasileiras;

5.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no subitem 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5 e 3.5 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.10.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. É estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s), conforme a documentação constante do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo, considerando o objeto da licitação. Por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.12.3. Caso o licitante não providencie a entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.12.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e

suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação encontra-se no item 11 deste Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo sistema SEI/SP.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

9.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou

9.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

9.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

9.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital.

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com o Regulamento Anexo à Portaria Normativa nº 444/2024, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

9.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 9.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.8, 9.1.9, 9.1.10, 9.1.11 e 9.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 9.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. Os procedimentos para apuração e aplicação das sanções administrativas relacionadas à presente licitação estão previstos no Regulamento Anexo à Portaria Normativa nº 444/2024, que integra este instrumento.

9.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

9.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

9.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

9.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: slicp@fundacaocasa.sp.gov.br.

10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

10.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.5. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no endereço eletrônico na Internet www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção Transparência*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

10.8. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

11.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

11.2.2. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.2.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

11.2.2.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.3.1. O prazo para formalização da contratação previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

11.2.3.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto no subitem acima importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

11.2.3.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

11.2.3.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.3.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

11.2.3.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

11.2.3.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.3.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.3.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

11.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

11.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

11.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

11.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção Transparência e www.imprensaoficial.com.br, opção e-negociospublicos.

11.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

11.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

11.15.1. Termo de Referência – Anexo I do Edital;

11.15.1.1. Estudo Técnico Preliminar – Anexo I do Termo de Referência;

11.15.2. Minuta de Nota de Empenho - Anexo II do edital;

11.15.3. Cópia do Regulamento Anexo à Portaria Normativa nº 444/2024 - Anexo III do Edital;

São Paulo, 22 de agosto de 2024.

Adolfo Lopez Alonso
Diretor de Divisão

Termo de Referência 96/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
96/2024	990202-ESP-FUNDAÇÃO C.A.S.A. - SEDE ADMINISTRAÇÃO	SABRINA MIRANDA CABRAL ARRAES	21/08/2024 16:03 (v 9.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		161.00193280/2024-88

1. Definição do objeto

Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de papel higiênico, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	SIAFÍSICO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	412112 (Fardo com 64 unidades)	2916070 (487) 33903015 8530	Fardo com 64 unidades	100
	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de	412112	2916070		

2	10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - PARTICIPAÇÃO AMPLA- DRCAP	(Fardo com 64 unidades)	(487) 33903015 8530	Fardo com 64 unidades	2.325
3	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm2/m2; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	412112 (Fardo com 64 unidades)	2916070 (487) 33903015 8530	Fardo com 64 unidades	900
4	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm2/m2; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - PARTICIPAÇÃO AMPLA - DRMC	412112 (Fardo com 64 unidades)	2916070 (487) 33903015 8530	Fardo com 64 unidades	1.105
5	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm2/m2; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra;	412112	2916070 (487)		610

	rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos.- PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	(Fardo com 64 unidades)	33903015 8530	Fardo com 64 unidades	
6	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	412112 (Fardo com 64 unidades)	2916070 (487) 33903015 8530	Fardo com 64 unidades	700
7	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	412112 ((Fardo com 64 unidades)	2916070 (487) 33903015 8530	Fardo com 64 unidades	780
8	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ;	412112 (Fardo com 64 unidades)	2916070 (487) 33903015	Fardo com 64 unidades	690

	e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA		8530		
9	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - COTA RESERVADA A ME E EPP - DRCAP - em relação ao item 2	412112 (Fardo com 64 unidades)	2916070 (487) 33903015 8530	Fardo com 64 unidades	775
10	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - COTA RESERVADA A ME E EPP - DRMC - em relação ao item 4	412112 (Fardo com 64 unidades)	2916070 (487) 33903015 8530	Fardo com 64 unidades	195

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. Considerando o valor estimado para a contratação dos itens 01, 03, 05, 06, 07 e 08, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e Lei Estadual n.º 16.928/2019, a presente licitação será destinada à **participação exclusiva** de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

1.1.4. Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, haverá aplicação de cotas de participação restrita a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, dividindo-se o item 02 (aquisição principal destinada à DRCAP) com o item 09 (aquisição por cota destinada à DRCAP) e o item 04

(aquisição principal destinada à DRMC) com o item 10 (aquisição por cota destinada à DRMC), conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência..

1.1.4.1. As cotas principal e reservada serão licitadas pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.

1.1.4.2. Se a disputa relativa à cota reservada resultar deserta, a Unidade Compradora submeterá o mesmo item de contratação à participação ampla, em outra sessão pública, antes de recorrer à contratação direta prevista no artigo 75, inciso III, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Estadual 16.928/19.

1.1.4.3. Se a mesma licitante vencer a cota principal e a cota reservada, o pregoeiro negociará com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, antes de concluída a fase de aceitabilidade dos preços da segunda negociação, para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento do instrumento hábil de contratação, na forma do artigo 105 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

ITEM	Unidade	Sigla	Quantidade
01	Almoxarifado Central - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CENTRAL	100 fardos
02	Divisão Regional Metropolitana Capital - AMPLA	DRCAP	2.325 fardos
03	Divisão Regional Litoral - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRL	900 fardos
04	Divisão Regional Metropolitana Campinas - AMPLA	DRMC	1.105 fardos
05	Divisão Regional Norte - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRN	610 fardos
06	Divisão Regional Oeste - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRO	700 fardos
07	Divisão Regional Sudoeste - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRS	780 fardos
08	Divisão Regional Vale do Paraíba - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRVP	690 fardos
09	Divisão Regional Metropolitana Capital - COTA	DRCAP	775 fardos
10	Divisão Regional Metropolitana Campinas - COTA	DRMC	195 fardos

2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar nº **81/2024**, publicado no Portal de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br).

2.2. O objeto da contratação não estava previsto no Plano de Contratações Anual 2024, embora fosse facultativa a sua elaboração no ano de 2023. Assim, o Estudo Técnico Preliminar foi aprovado pela Chefia de Gabinete da Presidência da Fundação CASA por meio do documento SEI 0033615307, nos termos do que estabelece o §1º do artigo 9º da Portaria Normativa nº 444, de 19 de janeiro de 2024.

3. Descrição da solução

Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto e especificação do produto

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar digital nº 81/2024.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Padrão mínimo de qualidade segundo a descrição técnica definida pelo SIAFÍSICO/BEC;

4.1.2. O material deverá atender as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, atualizadas e revisadas em sua última versão, se houver, específicas para produtos de papel para fins sanitários para uso doméstico, bem como a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021;

4.1.3. Cumprimento de obrigações segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra do papel higiênico ofertado, que terá data, local e horário de realização do procedimento de avaliação divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. A amostra deverá ser entregue na Seção de Almoxarifado Central localizada na Rua Izidoro Matheus, 316, Vila Maria Baixa, São Paulo, Capital, no prazo limite de até **05 (cinco) dias úteis**, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.1 Junto com a amostra, deverá ser entregue a Ficha Técnica de Produto correspondente à marca e ao tipo do produto ofertado na proposta e documentos comprobatórios da qualidade e atendimento às normas técnicas da ABNT.

4.4. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.6.1. Dimensões do produto: comprimento, largura, diâmetro do rolo, tamanho e diâmetro do tubete.

4.6.2. Descritivo do produto: classe, tipo de folha, gramatura, matéria prima, acabamento e fragrância.

4.6.3. Qualidade do produto: a prova de qualidade do produto será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

4.6.3.1. Comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

4.6.3.2. Declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

4.6.3.3. Certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

4.6.4. Rotulagem.

4.7. O resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.8. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 02 (dois) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento, exceção feita à amostra aprovada pela equipe de planejamento da contratação que ficará retida para posterior comparação com o produto que será entregue pela empresa contratada.

4.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, manuais impressos em língua portuguesa, laudo ou relatórios de ensaios de avaliação dermatológica e microbiológica do produto, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei federal nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do produto é de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil posterior à data da retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente pela contratada, em remessa única.

5.2. Os itens serão entregues da seguinte forma:

ITEM	Unidade	Sigla	Quantidade
01	Almoxarifado Central - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	CENTRAL	100 fardos

02	Divisão Regional Metropolitana Capital - AMPLA	DRCAP	2.325 fardos
03	Divisão Regional Litoral - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRL	900 fardos
04	Divisão Regional Metropolitana Campinas - AMPLA	DRMC	1.105 fardos
05	Divisão Regional Norte - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRN	610 fardos
06	Divisão Regional Oeste - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRO	700 fardos
07	Divisão Regional Sudoeste - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRS	780 fardos
08	Divisão Regional Vale do Paraíba - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA	DRVP	690 fardos
09	Divisão Regional Metropolitana Capital - COTA	DRCAP	775 fardos
10	Divisão Regional Metropolitana Campinas - COTA	DRMC	195 fardos

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- **Almoxarifado Central:** Rua Izidoro Matheus, 316, Vila Maria, São Paulo, Capital.
- **Divisão Regional Metropolitana Capital:** Rua Dias da Silva, s/nº (ao lado do nº 5) - Vila Maria - São Paulo/SP.
- **Divisão Regional Metropolitana Campinas:** Avenida Brasil, 2340, Jardim Chapadão, Campinas, SP
- **Divisão Regional Litoral:** Rua Adhemar de Barros, 571, Vila Santo Antônio, Guarujá, SP.
- **Divisão Regional Norte:** Rodovia Geovana Aparecida Deliberto km 2, Zona Rural, Ribeirão Preto, SP.
- **Divisão Regional Oeste:** Rodovia David Eid Km. 2 – Lins - SP (Estrada Lins/Sabino)
- **Divisão Regional Sudoeste:** Praça da Monção, 673, Centro, Iaras, SP
- **Divisão Regional Vale do Paraíba:** Praça Colinas, 31, Chácaras Reunidas, São José dos Campos, SP

5.5. As entregas serão realizadas somente nos dias úteis, no horário das 9 às 15 horas.

Garantia

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Fundação CASA e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Fundação CASA poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização e Gestor do Contrato

6.5. Tratando-se de aquisição de bens de consumo de natureza comum, a contratação contará com Gestor, Suplente e Fiscais, especialmente designados por autoridade competente, para fins de acompanhamento, fiscalização e recebimento do material, bem como para o cumprimento das atribuições previstas na Portaria Normativa nº 444, de 2024.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **04 (quatro) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **04 (quatro) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **02 (dois) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez dias)** úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e modo de disputa ABERTO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com os locais de entrega definidos no item 5. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

8.13. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (artigos 15 a 17 e 146).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20.1). Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual, na forma do presente item, serão considerados apenas os débitos inscritos em dívida ativa.

8.20.2). Nas localidades onde as certidões de débitos inscritos em dívida ativa sejam expedidas de forma separada em relação aos débitos ainda não inscritos, deverá ser apresentada apenas a que se enquadre nas condições do item 8.20.1.

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de **consórcio**:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

8.25.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência.

8.25.4. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei federal nº 14.133/2021.

8.25.5. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de **cooperativas**, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 612.854,80

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 612.854,80 (seiscentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na TABELA:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO (MEDIANA)	VALOR TOTAL
1	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos.	100	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 73,34	R\$ 7.334,00
2	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - AMPLA	2.325	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 73,34	R\$ 170.515,50

3	<p>Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm²/m²; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos.</p>	900	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 73,34	R\$ 66.006,00
4	<p>Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm²/m²; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - AMPLA</p>	1.105	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 76,51	R\$ 84.543,55
	<p>Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm²/m²; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima</p>				

5	100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos.	610	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 76,51	R\$ 46.671,10
6	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos.	700	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 76,51	R\$ 53.557,00
7	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de	780	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 76,51	R\$ 59.677,80

	<p>rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos.</p>				
8	<p>Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm²/m²; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos.</p>	690	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 76,51	R\$ 52.791,90
9	<p>Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm²/m²; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas</p>	775	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 73,34	R\$ 56.838,50

	Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - COTA RESERVADA A ME E EPP				
10	Papel higiênico, folha dupla, Classe 01, antialérgico, neutro, na cor branca; alvura ISO maior que 80%; índice potencial de maciez igual ou menor que 5,5 Nm/g; resistência a tração ponderada igual ou maior que 90 n/m; quantidade de pintas igual ou menor que 20 mm ² /m ² ; tempo de absorção de água igual ou menor que 5 s. Características complementares: matéria prima 100% fibra celulósica; comprimento do rolo de 30m com tolerância de 2%; largura da folha de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro no máximo de 11,7cm; largura do tubete de 10cm com tolerância de 2%; diâmetro interno do tubete maior que 4cm; acabamento gofrado, em relevo; picotado; fragrância neutra; rotulagem contendo identificação da classe, marca, quantidade de rolos; aroma, metragem do papel; nome do fabricante fantasia, CNPJ; e-mail e telefone do SAC. O produto deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e as Normas Brasileiras ABNT NBR 15464-2 e ABNT NBR 15134 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. O fardo deverá conter 64 rolos. - COTA RESERVADA A ME E EPP	195	(Fardo com 64 unidades)	R\$ 76,51	R\$ 14.919,45

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: SEC. DA JUSTICA E CIDADANIA/FUNDACAO C.A.S.
A. - SEDEADMINISTRACAO 990202
- II) Fonte de Recursos: 1.500.10.001;
- III) Programa de Trabalho: 14.243.1729.5907.0000
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.15

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AURELIO OLIMPIO DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 21/08/2024 às 16:03:26.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP 81_2024.pdf (94.32 KB)

Anexo I - ETP 81_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 81/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 161.00193280/2024-88

2. Descrição da necessidade

A Fundação CASA tem a missão de aplicar medidas socioeducativas no âmbito do Estado de São Paulo, de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Para o funcionamento da instituição é primordial um conjunto articulado de ações internas que visam garantir o desenvolvimento das atividades pelos servidores, bem como, o suprimento de demandas que emergem das Unidades Requisitantes do órgão, em especial, para o atendimento do adolescente sob a custódia do Estado.

Para viabilizar a higiene pessoal de servidores, adolescentes, familiares, prestadores de serviço terceirizado, palestrantes e outros tipos visitantes, são disponibilizados pela Administração materiais de consumo, não recicláveis, como os artigos de papel, em todas as instalações sanitárias do órgão.

Quando se trata de algo tão íntimo quanto a higiene pessoal, a escolha do material apropriado se torna ainda mais importante. Assim, a Fundação CASA passou a fornecer papeis higiênicos de boa qualidade e durabilidade para atender a necessidade da instituição.

O papel higiênico de folha dupla, material de maior inclinação ao uso pela população no geral, além de ser indicado para secagem e uma limpeza mais confiável e confortável, representa a melhor solução mercadológica para a necessidade sob a perspectiva do interesse público da Administração.

Com efeito, a Diretoria de Gestão Administrativa incumbiu à Divisão de Patrimônio, Infraestrutura e Logística a abertura de processo unificado de compra de papel higiênico com a finalidade de garantir o atendimento das demandas deste órgão como um todo, ou seja, para todas as Unidades Requisitantes (UASG) durante o segundo semestre de 2024 e primeiro trimestre de 2025.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Patrimônio Infraestrutura e Logística - DPIL	Rosana Moreno Pires

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Além dos requisitos legais previstos para as contratações públicas, a empresa contratada deverá pertencer ao ramo de atividade que guarde pertinência e compatibilidade com as características do objeto da contratação e avaliar a capacidade produtiva do fornecedor para atender a demanda em relação ao quantitativo exigido para a contratação e distribuição direta nos locais de entrega espalhados pelo Estado de São Paulo.

Adicionalmente, deverão se observados os seguintes requisitos para a presente contratação:

- Padrão mínimo de qualidade segundo as características definidas no SIAFÍSICO/BEC e, em especial, o descritivo técnico que constará do Termo de Referência;
- Observar rigorosamente o prazo de entrega para que não ocorra prejuízo no atendimento da necessidade;
- O material deverá atender a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021; e,
- Cumprimento de obrigações inerentes à empresa contratada, segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5. Levantamento de Mercado

No levantamento de mercado a Administração tomou por base as práticas do comércio nacional, bem como de outros órgãos públicos assemelhados à Fundação CASA para eleger a melhor solução para atender a necessidade administrativa.

Considerando as opções existentes no mercado como a ducha íntima, as toalhas e os lenços umedecidos, os artigos de papel para higiene pessoal são utilizados de forma mais corrente pela população em geral.

Por ser um produto de menor impacto ambiental, o papel higiênico representa o menor custo-benefício para a Administração pois possui maior durabilidade devido ao conteúdo nominal do rolo (metro) e simboliza um material importante e aliado na limpeza das regiões íntimas.

Ainda no segmento de papéis para fins sanitários, a equipe de planejamento da contratação identificou três tipos de papel higiênico de uso doméstico no mercado: folha simples, folha dupla e folha tripla.

O papel higiênico de folha simples é o tipo mais comum e tradicional encontrado em banheiros e representaria a opção mais econômica para a administração em razão do preço acessível. Contudo, os papéis de folhas simples costumam ser muito finos e o volume utilizado na higienização é muito alto para se obter uma limpeza eficaz. Por serem menos resistentes e menos macios em comparação às opções de papel higiênico mais sofisticadas, a opção por este tipo de papel higiênico acaba sendo mais onerosa para a administração pública pois nem sempre o menor preço se equipara à qualidade do produto.

De outra banda, o papel higiênico de folha dupla apresenta mais vantagem na escolha. Trata-se de um tipo de produto mais resistente e durável em comparação com o papel higiênico de folha simples pois possui duas camadas interligadas. A folha dupla, que é uma camada extra, oferece maior maciez e proporciona uma limpeza mais confiável. Além disso, este tipo de papel é menos propenso a rasgar durante o uso pois as folhas são mais espessas.

Trata-se, portanto, de um material de consumo de uso comum, com resistência, durabilidade, confiabilidade de limpeza e maciez, sendo fabricado e fornecido por um vasto número de fornecedores, o objeto é de atrativa concorrência e a sua aquisição possibilita ampla disputa num certame e obtenção de preços vantajosos para a Administração.

Assim, a compra de artigos de papel para higiene pessoal, ou seja, o papel higiênico, representa a solução mais viável para o interesse público do órgão.

6. Descrição da solução como um todo

Entre as soluções pesquisadas e práticas de mercado e de outros órgão públicos com características similares à Fundação CASA, a alternativa mais adequada e vantajosa para atender a Administração consiste na aquisição do objeto deste estudo.

Tratando-se de materiais de consumo de uso comum, não perecível e com prazo de validade indeterminado, a escolha pela aquisição do papel higiênico (com atendimento imediato da necessidade) por meio de licitação seria a solução mais viável para o atingir o interesse público, além de atender ao que preconiza a legislação vigente que rege as compras e os contratos públicos, podendo ainda, representar o melhor custo-benefício para a Administração.

A aquisição (solução) do objeto poderia ser realizada por meio ata de registro de preços. Todavia, as ações necessárias à abertura de processo para a realização de procedimento licitatório que tenha por finalidade a Constituição de Sistema de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de artigos de papel para higiene pessoal, não são de responsabilidade da Divisão de Patrimônio, Infraestrutura e Logística, mas sim da Divisão de Suprimentos mediante deliberação da Diretoria de Gestão Administrativa.

Como características básicas, o papel higiênico, pertencente à classe 01, deverá conter folha dupla, na cor branca, ser macio, resistente e gofrado, possuir 30 metros de comprimento, e ser acondicionado em pacotes apropriados e práticos. O descritivo técnico completo do produto constará do Termo de Referência.

O material deverá seguir a Portaria INMETRO 251, de 9 de junho de 2021 e a normativas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT aplicáveis na espécie.

De acordo com a consulta realizada no Portal de Compras do Governo Federal e na Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, os códigos de material abaixo indicados permanecem ativos atualmente e poderão ser considerados exclusivamente para fins da licitação e para o empenhamento de despesa, prevalecendo, no entanto, as especificações técnicas que constarão do Termo de Referência no que diz respeito ao material e seu quantitativo.

ITEM	MATERIAL	CATMAT / COMPRAS	SIAFÍSICO / BECSP
1	Papel higiênico, em rolo de 30 metros	412112	2916070

Tendo em vista a localização geográfica das Unidades vinculadas à Fundação CASA (Almoxarifado Central e Divisões Regionais) e a opção logística que atende ao interesse da Administração, a entrega do material deverá ser realizada nos seguintes endereços:

LOTE	UNIDADES	ENDEREÇOS
1	Almoxarifado Central	Rua Izidoro Matheus, 316, Vila Maria, São Paulo, Capital
	Divisão Regional Metropolitana Capital	Rua Coronel Mursa, 270, Brás, São Paulo, Capital
2	Divisão Regional Litoral	Rua Adhemar de Barros, 571, Vila Santo Antônio, Guarujá, SP
3	Divisão Regional Metropolitana Campinas	Avenida Brasil, 2340, Jardim Chapadão, Campinas, SP
4	Divisão Regional Norte	Rod. Geovana Ap. Deliberto km 2, Zona Rural, Ribeirão Preto
5	Divisão Regional Oeste	Rua Marrey Junior, 89, Fragata, Marília, SP
6	Divisão Regional Sudoeste	Praça da Monção, 673, Centro, Iaras, SP
7	Divisão Regional Vale do Paraíba	Praça Colinas, 31, Chácaras Reunidas, São José dos Campos, SP

O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias contados da data da contratação, em horário compatível com as atividades local a ser definido no Termo de Referência e de acordo com os Lotes definidos na tabela acima e nas quantidades previstas no item 7. deste estudo.

A vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento do instrumento hábil de contratação, na formado artigo 105 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Deverá ser exigida uma amostra do produto ofertado que deverá ser entregue em data, horário e local de realização do procedimento de avaliação, cujos dados constarão do Termo de Referência.

Justificativa

A exigência da amostra do produto encontra previsão no §3º do artigo 17, no inciso II do artigo 41 e no §2º do artigo 42 da Lei federal nº 14.133, de 2021 e de destina-se à avaliação de conformidade do objeto de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas neste Termo de Referência.

A Administração se deparou com a entrega de artigos de papel para higiene pessoal que não atendiam integralmente ao descritivo técnico exigido em edital, como ocorreu nas contratações levadas a efeito pelas Unidades Requisitantes do órgão, provenientes da Ata de Registro de Preços 171312170482023OC00134.ARP00007.

O insucesso destas contratações causou prejuízos à fundação diante da escassez do objeto para suprir a necessidade do órgão. Via de consequência, foram realizadas compras emergenciais de papel higiênico pelas Unidades Gestoras uma vez que o referido material é essencial para que servidores, adolescentes, familiares, prestadores de serviços terceirizados ou não, estagiários, palestrantes e visitantes em geral que utilizam as instalações sanitárias desta instituição possam realizar a higiene pessoal.

Somado a isto, verifica-se a baixa qualidade do produto que simplesmente não apresenta o bom desempenho como deveria, embora possua descrição técnica semelhante à de objetos de boa qualidade. O julgamento pelo menor preço pode atrair o fornecimento de bens de pouca qualidade, devendo a Administração adotar cautelas para não adquirir material imprestável e, mais importante, evitar repetidamente contratar nessas condições.

Pelas características do objeto, a contratação poderá celebrada por meio de Nota de Empenho de despesa.

Tratando-se de material de consumo de uso comum, não será exigida garantia contratual.

As condições de entrega que envolvem prazo e local permitem à empresa contratada cumprir com as exigências que satisfazem o interesse público da Administração.

O material poderá ser recebido provisoriamente pelos Fiscais que serão designados pela autoridade competente do órgão para avaliação do pleno atendimento das especificações técnicas.

Eventual recusa do objeto contratado com substituição fora do prazo previsto para entrega ou, constatado o descumprimento das condições exigidas, o fiscal relatará o caso ao gestor para abertura de procedimento sancionatório com vistas à aplicação de penalidades administrativas na forma prevista no Regulamento anexo da Portaria Normativa nº 444, de 2024.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Por determinação superior (documento SEI 0033224952), o processo de compra do material constante deste estudo foi unificado e centralizado na Unidade Administrativa de Serviços Gerais - UASG 990202, ficando a Divisão de Patrimônio, Infraestrutura e Logística incumbida de dar início aos procedimentos relativos ao planejamento da contratação.

Para apurar a estimativa das quantidades do objeto a ser contratado, as Unidades da Fundação CASA apresentaram o quantitativo necessário do material para garantir a manutenção de seus respectivos estoques, bem como para suprir a necessidade imediata de fornecimento.

Na metodologia utilizada para definição dos seus quantitativos, coube às Unidades indicadas no item 6. deste estudo, a responsabilidade direta de:

- a) analisar o histórico de consumo e a frequência de distribuição do material;
- b) avaliar o atendimento de demandas eventualmente represadas; e,
- c) estabelecer o estoque necessário para suprir a demanda do segundo semestre de 2024 e primeiro trimestre de 2025.

Como resultado, serão necessários 8.180 (oito mil cento e oitenta) fardos de papel higiênico contendo 64 (sessenta e quatro) unidades cada um, para atender a demanda do órgão, ou seja, o equivalente a 523.520 rolos de papel higiênico de 30 metros.

Demonstrativo da necessidade

Cada Unidade necessitará da seguinte quantidade de fardos com 64 rolos de papel higiênico:

CENTRAL	DRCAP	DRMC	DRL	DRN	DRO	DRS	DRVP
100	3.100	1.300	900	610	700	780	690

Legenda:

CENTRAL - Almoxarifado Central

DRCAP - Divisão Regional Metropolitana Capital

DRMC - Divisão Regional Metropolitana Campinas

DRL - Divisão Regional Litoral

DRN - Divisão Regional Norte

DRO - Divisão Regional Oeste

DRS - Divisão Regional Sudoeste

DRVP - Divisão Regional Vale do Paraíba

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 515.340,00

A estimativa do valor da contratação no importe de R\$ 515.340,00 (quinhentos e quinze mil e trezentos e quarenta e reais), foi obtida de forma sumária a partir dos preços unitário e total constantes da Ata de Registro de Preços 171312170482023OC00130.

ARP00007 (documento SEI 0018217414), para futuras e eventuais aquisições de papel higiênico. Trata-se de preço vigente e prospectado para cenários futuros.

O documento em questão é de pronta consulta e totalmente acessível pelo Processo SEI 161.00136030/2023-60, que tratou da Constituição do Sistema de Registro de Preços.

Descrição básica	Unidade de fornecimento	Quantidade	Preço unitário	Valor total
Papel higiênico de 30 metros	Fardo com 64 unidades	8.180	R\$ 63,00	R\$ 515.340,00

Caberá, no entanto, ao Setor de Contratações da Unidade Gestora, determinar o valor estimado da despesa em conformidade com Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023 e nos termos do artigo 13 da Portaria Normativa nº 444, de 2024, mediante a realização de pesquisa de preço, após a elaboração do Termo de Referência, para formar o preço referencial da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como é de conhecimento, compete à Administração promover o menor dispêndio possível de recursos para a consecução dos resultados pretendidos, sem, contudo, abnegar da qualidade dos bens e materiais a serem adquiridos e/ou da prestação do serviço a ser contratado. Assim, uma vez identificada a necessidade, definido o objeto e as condições da contratação, e escolhida a melhor e mais adequada solução para atender a necessidade administrativa, passa-se, então, à busca pela obtenção da proposta mais vantajosa com vistas à eficiência do gasto público.

Sabe-se ainda que o planejamento das compras públicas deve atender, também, ao princípio do parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração para os resultados que se pretende alcançar.

Embora o presente estudo apresente como solução a aquisição de um objeto composto por um único item, o não parcelamento do objeto ainda deve ser visto com cautela.

O fornecimento de papel higiênico conta com vasta atividade setorial, o que possibilita melhor aproveitamento do mercado e alta competitividade, por exemplo. Assim, o parcelamento da solução seria inviável somente se a licitação contasse com poucos fornecedores (restrição ao caráter competitivo) e se houvesse prejuízo à economia de escala.

Nesse sentido, do ponto de vista técnico, a equipe de planejamento entende pela viabilidade do parcelamento uma vez que a contratação poderá, inclusive, ser fracionada por lotes, conforme definição estabelecida no item 6. deste estudo, na seguinte conformidade:

LOTE	UNIDADES
1	Almoxarifado Central
	Divisão Regional Metropolitana Capital
2	Divisão Regional Litoral
3	Divisão Regional Metropolitana Campinas
4	Divisão Regional Norte
5	Divisão Regional Oeste
6	Divisão Regional Sudoeste
7	Divisão Regional Vale do Paraíba

Em relação à análise econômica e mercadológica, considerando que a contratação da solução apresenta número divisível e potenciais fornecedores no ramo do negócio, entende-se:

- a) que o parcelamento não acarretará aumento nos valores a serem contratados em comparação à compra conjunta do objeto da solução, não havendo, portanto, perda na economia de escala;
- b) que haverá melhor aproveitamento do mercado que conta com vasta atividade setorial e ampliação da competitividade; e
- c) pela possibilidade de realização de certame com cota de participação exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, em acato à legislação vigente, cuja análise é tarefa do Setor de Contratações.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes que guardem relação ou afinidade, pretéritas ou futuras, com a necessidade administrativa demonstrada no presente estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação não foi previsto no Plano de Contratação Anual (PCA) de 2024, devendo o presente Estudo Técnico Preliminar ser submetido pela Unidade Gestora à Chefia de Gabinete da Presidência para análise quanto a "*conveniência e oportunidade da contratação pretendida e manifestação quanto ao seu alinhamento com o planejamento estratégico e outros instrumentos de governança existentes.*" a teor do que dispõe o § 1º do artigo 9º da Portaria Normativa nº 444, de 19 de janeiro de 2024.

Justificativa

No exercício passado, a Administração deflagrou processos licitatórios para padronização de compras futuras de diversos materiais e produtos de higiene. Com efeito, por meio do Pregão Eletrônico SDE nº 099/2023, a Fundação CASA constituiu Sistema de Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de material de higiene pessoal, tendo celebrado a Ata de Registro de Preço 171312170482023OC00134.ARP00007 com a empresa detentora que apresentou o menor preço para o papel higiênico.

Dentro do planejamento de compras para o presente exercício, as Unidades Requisitantes adotaram as providências necessárias para adquirir o referido material em quantidade suficiente para a manutenção dos estoques e para o atendimento da demanda relativa ao primeiro semestre. Contudo, as contratações levadas a efeito pelas UASG's foram inadimplidas pela empresa contratada (detentora do registro), resultando na escassez do material para suprir toda a necessidade administrativa e comprometendo, via de consequência, a dinâmica do fornecimento e a estocagem do produto.

Com isso, a Diretoria de Gestão Administrativa conferiu à Divisão de Patrimônio, Infraestrutura e Logística a responsabilidade de iniciar o processo unificado de compra de papel higiênico de modo a garantir o atendimento da demanda de todas as Unidades Requisitantes (UASG) durante o segundo semestre de 2024 e primeiro trimestre de 2025 (E-mail, de 03 de julho de 2024).

Em que diz respeito à ata de registro de preços vigente, caberá à Divisão de Suprimentos, enquanto Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, apresentar a solução cabível à Unidade Gestora, bem como adotar as providências necessárias e aplicáveis ao caso concreto, baseadas na legislação que rege a matéria, inclusive como medida inicial para possibilitar o regular prosseguimento do processo desta contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O papel higiênico é um produto essencial e de suma importância para viabilizar a higiene pessoal de servidores e adolescentes, bem como de todos aqueles que utilizam as instalações sanitárias da Fundação CASA.

Trata-se de um material cujo descritivo técnico observa critérios e práticas de sustentabilidade, além dos princípios da economicidade e eficiência.

Estes são os benefícios a serem alcançados com a contratação.

13. Providências a serem Adotadas

Tendo em vista que a solução decorre da aquisição de um material de consumo comum e de atendimento/distribuição periódica pela Seção de Almoxarifado Central e pelas Divisões Regionais da Fundação CASA, não identificamos a necessidade de adoção de providências adicionais ou mesmo adequação de qualquer natureza como por exemplo infraestrutura, elétrica, espaços físicos e capacitação de servidores ou mesmo fiscalização especializada, para a efetiva contratação do objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A equipe de planejamento da contratação não identificou danos que a contratação possa oferecer ao meio ambiente que necessite de ações para serem evitados ou mitigados.

Todavia, deverão ser adotados os meios adequados para minimizar os possíveis impactos ambientais e preservar os recursos naturais, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) da Advocacia Geral da União.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A justificativa da viabilidade desta contratação está demonstrada no presente Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSANA MORENO PIRES

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 05/08/2024 às 16:43:54.

EDIVALDO CESAR SIMEI

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 05/08/2024 às 16:36:02.

LUCIANA MARQUES VICENTINI

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 05/08/2024 às 18:03:00.

RITA DE CASSIA SANTOS DUTRA

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 05/08/2024 às 16:39:32.

SHEILA PERES DE MORAES

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 05/08/2024 às 16:50:58.



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO – 20XXNE

UG	
Gestão	
Data de Emissão	

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	
-----------------	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho		Ref Dispensa			
Licitação		Modalidade			
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	
----------------------	--

Cronograma					
			Mês	Valor	
Sequência	001	Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

ANEXO III

PORTARIA NORMATIVA Nº 444/2024

REGULAMENTO

Das Sanções Administrativas e do Processo Administrativo Sancionatório

Artigo 1º – A violação das regras estabelecidas em editais de licitação e o descumprimento de contratos de fornecimento de bens, execução de obras e prestação de serviços em que a Fundação CASA/SP figure como contratante pode ensejar a aplicação das seguintes sanções administrativas ao particular, nos termos dos artigos 156 e 162, da Lei nº 14.133/2021:

- I – Advertência;
- II – Multas:
 - a) cominatória;
 - b) moratória; e
 - c) por inexecução total ou parcial do contrato;
- III – Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por até 3 (três) anos; e
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º – Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – As peculiaridades do caso concreto;
- III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º – Os contratos poderão prever outras multas específicas, tendo em vista as peculiaridades do objeto contratado.

§ 3º – Os instrumentos convocatórios, contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência expressa ao presente Regulamento, inclusive nas hipóteses de contratação direta.

Da advertência e das multas

Artigo 2º – A advertência é aplicável em caso de inexecução parcial da obrigação principal ou de obrigações acessórias, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Artigo 3º – A multa cominatória, que tem por finalidade compelir o contratado ao cumprimento de obrigação acessória descumprida, é aplicável quando a infração contratual prejudicar a execução da obrigação principal.

Artigo 4º – A multa cominatória corresponderá a 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure o descumprimento:

- I – Até o 30º (trigésimo) dia – 0,1% (um décimo por cento) ao dia;
- II – A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

Parágrafo único – A multa cominatória será calculada com base no valor contratado dos bens fornecidos ou serviços prestados / realizados no período de medição em que se verificou a infração, e não poderá exceder a 30% desse valor.

Artigo 5º – A multa moratória é aplicável quando o contratado, sem motivo justificado previamente, der causa ao descumprimento do prazo de entrega ou execução.

§ 1º – A contagem dos prazos de entrega ou execução terá início:

- I – Na data fixada no instrumento contratual; ou
- II – Na data de assinatura do instrumento contratual ou da retirada/envio da nota de empenho ou documento equivalente, quando não fixado outro prazo.

§ 2º – Os prazos de entrega ou execução serão contados em dias corridos, excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

Artigo 6º – Cabe ao contratado solicitar, previamente ao término do prazo, a prorrogação do prazo de entrega ou execução, justificando a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo inicialmente avençado.

Parágrafo único – As justificativas serão apreciadas pelo gestor do contrato, que poderá autorizar a prorrogação do prazo de entrega ou execução.

Artigo 7º – Vencido o prazo de entrega ou execução, o gestor do contrato poderá:

- I – Aceitar a obrigação em atraso, com aplicação da multa moratória; ou
- II – Justificar o desinteresse no recebimento dos bens e/ou serviços em atraso, hipótese em que restará caracterizada a inexecução contratual.

Parágrafo único – Atrasos superiores a 60 (sessenta) dias configurarão inexecução contratual, exceto quando o gestor do contrato justificar a vantagem para a Administração na manutenção do contrato.

Artigo 8º – A multa moratória, calculada sobre o valor da obrigação cumprida em atraso, será de 2% (dois por cento), acrescida na seguinte proporção, conforme perdure a mora:

I – Até o 30º (trigésimo) dia – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia;

II – A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia – 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia.

§ 1º – A multa moratória não excederá a 30% (trinta por cento) da obrigação cumprida em atraso.

§ 2º – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em multa por inexecução e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Regulamento.

Artigo 9º – A multa por inexecução total ou parcial do contrato, no importe de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação não cumprida, será aplicada quando for imputável ao contratado a responsabilidade pela inexecução do contrato nas condições pactuadas e não houver interesse no recebimento da obrigação em mora.

Parágrafo único – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Fundação CASA/SP, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa por inexecução.

Artigo 10 – As multas serão calculadas com base no valor vigente à época da inexecução e, posteriormente, atualizadas pela variação do IPC-FIPE até a data do efetivo recolhimento.

Artigo 11 – As multas poderão ser compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ainda quando resultantes da execução de outro contrato, e/ou descontadas da garantia do respectivo contrato ou, quando for o caso, a Administração efetuará a cobrança judicialmente.

Das sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a Administração

Artigo 12 – A sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, por até 3 (três) anos, é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único – A duração da sanção será definida à luz dos critérios mencionados no § 1º, do artigo 1º, deste Regulamento, mediante justificativa baseada nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, observado o prazo máximo de 3 (três) anos.

Artigo 13 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos é aplicável ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no artigo 12 acima.

Parágrafo único – A duração da sanção será definida à luz dos critérios mencionados no § 1º, do artigo 1º, deste Regulamento, mediante justificativa baseada nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 14 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com as penas de multa, quando cabíveis.

Do procedimento sancionatório – Disposições Gerais

Artigo 15 – A aplicação das sanções previstas neste Regulamento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Artigo 16 – A aplicação das sanções administrativas previstas neste Regulamento, bem como a extinção do contrato, quando cabível, serão precedidas do devido procedimento administrativo legal, destinado ao pleno exercício do contraditório e ampla defesa.

Artigo 17 – A abertura de procedimento sancionatório será impulsionada:

I – Pelo agente de contratação, em relação às infrações administrativas ocorridas durante o procedimento licitatório; e

II – Pelo gestor do contrato, em relação às infrações administrativas ocorridas durante a execução do contrato.

§ 1º – O procedimento será inaugurado com o relato sobre a infração administrativa verificada, o seu enquadramento em uma das hipóteses legalmente previstas e, na hipótese de multa, a memória de cálculo para a sua apuração.

§ 2º – O procedimento será encaminhado, devidamente instruído, para o responsável da unidade gestora, que deliberará pela instauração do devido procedimento administrativo legal.

Artigo 18 – Instaurado o procedimento sancionatório, será promovida a intimação do particular por via postal com Aviso de Recebimento (AR), ou por qualquer meio que permita comprovar o inequívoco recebimento da intimação.

§ 1º – Considera-se inequivocamente recebida a intimação encaminhada por correspondência eletrônica, quando houver confirmação de recebimento.

§ 2º – Quando o particular sujeito à sanção não for encontrado no endereço por ele indicado no processo licitatório ou de contratação, ele será notificado por publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 3º – O particular é responsável por manter atualizado seu endereço completo, e-mail e telefone.

§ 4º – Quando houver prestação de garantia contratual, deverá ser providenciada a notificação ao seu emitente, na forma do presente artigo, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 19 – A intimação inicial deverá conter, entre outros, os seguintes elementos essenciais:

I – Descrição dos fatos que caracterizam o descumprimento das obrigações assumidas;

II – Possibilidade de caracterização de inexecução contratual e extinção do contrato, se pertinente;

III – Indicação das sanções administrativas cabíveis, com indicação dos respectivos fundamentos normativos;

IV – Retenção de pagamentos, para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Fundação CASA/SP, se pertinente; e

V – Previsão expressa da possibilidade de apresentação de defesa prévia nos prazos fixados neste Regulamento.

Artigo 20 – São competentes para aplicar as sanções administrativas disciplinadas neste Regulamento:

I – A Unidade Gestora, em relação às sanções de advertência e multas;

II – A Diretoria de Gestão Administrativa, em relação ao impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo;

III – O Presidente da Fundação CASA/SP, em relação à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

Artigo 21 – A aplicação das sanções administrativas previstas neste regulamento, quando apresentada defesa prévia, bem como o julgamento de recursos, serão precedidos de parecer jurídico, emitido pelo Grupo Técnico de Apoio Jurídico - GTAJ.

§ 1º – Não se aplica o disposto no caput à sanção administrativa de advertência.

§ 2º – Quando proposta a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, o processo será previamente encaminhado ao Grupo Técnico de Apoio Jurídico - GTAJ, independentemente da apresentação de defesa prévia ou interposição de recurso, que realizará a análise

jurídica e encaminhará o procedimento ao Presidente da Fundação CASA/SP, autoridade competente para deliberar sobre a aplicação da referida sanção.

§ 3º – Em qualquer fase do procedimento sancionatório, quando houver dúvida jurídica, os autos poderão ser encaminhados ao Grupo Técnico de Apoio Jurídico - GTAJ, para análise e manifestação.

Artigo 22 – A decisão da autoridade competente será publicada na Imprensa Oficial e o interessado será intimado, nos termos do procedimento pertinente ao caso concreto.

Parágrafo único – Conforme o caso, o desfazimento do ajuste e a aplicação das penalidades cabíveis serão formalizados por meio de Termo de Rescisão Unilateral, cujo extrato será veiculado nos termos do caput.

Artigo 23 – Para fins de publicidade, as sanções aplicadas pela Fundação CASA/SP deverão ser incluídas nos pertinentes cadastros de sanções administrativas, em especial:

I – Sistema Eletrônico de Registro de Sanções Administrativas em vigor; II – Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Parágrafo único – Deverá o setor de contratações, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade, em especial no CEIS e no CNEP.

Do Procedimento para aplicação da pena de Advertência e/ou Multa

Artigo 24 – Verificada a situação que enseja a aplicação de advertência e/ou multa, o particular será intimado a apresentar sua defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Parágrafo único – A intimação deverá prever os elementos previstos no artigo 19 deste Regulamento, incluindo os valores referentes à multa aplicável ao caso.

Artigo 25 – Juntamente com sua defesa, o particular deverá apresentar todas as provas de suas alegações.

Artigo 26 – O procedimento será conduzido pelo gestor do contrato nos autos da respectiva contratação, cabendo à autoridade competente de que trata o artigo 20 analisar as alegações do particular e decidir motivadamente a respeito da aplicação da penalidade.

Artigo 27 – O particular será intimado da decisão, devendo constar da intimação:

I – A possibilidade de interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis;

II – O prazo de 15 (quinze) dias úteis para o recolhimento da multa calculada, quando aplicada.

Artigo 28 – O recurso de que trata a alínea “a” do artigo anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Artigo 29 – O recurso terá efeito suspensivo da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente de que trata o artigo 35.

Do procedimento para aplicação das sanções restritivas do direito de licitar e contratar com a Administração

Artigo 30 – A aplicação das sanções de impedimento para licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública tramitará em procedimento específico, por meio de processo de responsabilização, instaurado por determinação do responsável da unidade gestora, que designará comissão encarregada da condução do procedimento.

Parágrafo único – A comissão a que se refere o caput será composta por 2 (dois) ou mais servidores do quadro permanente, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço na Fundação CASA/SP.

Artigo 31 – Verificada a situação que enseja a aplicação das sanções indicadas no artigo 30, a comissão deverá avaliar os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o particular para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º – A comissão poderá, mediante decisão fundamentada, indeferir provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 2º – Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o particular poderá apresentar suas alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Artigo 32 – Transcorrido o prazo para apresentação da defesa prévia e finalizada a instrução, a comissão elaborará seu relatório final, no qual analisará as alegações e provas apresentadas pelo particular e opinará a respeito da caracterização da infração contratual e das penalidades cabíveis.

Artigo 33 – O relatório final será apresentado à autoridade competente, que apreciará o procedimento e, em despacho fundamentado, deliberará a respeito da aplicação das sanções inicialmente previstas.

Artigo 34 – O particular será intimado da decisão, devendo constar da intimação:

- I – Da aplicação da sanção de impedimento para licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração do Estado de São Paulo, a possibilidade de interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação;
- II – Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação;
- III – O prazo de 15 (quinze) dias úteis para o recolhimento da multa calculada, quando aplicada.

§ 1º – O recurso de que trata a alínea “a” será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade competente de que trata o artigo 35, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 2º – O pedido de reconsideração de que trata a alínea “b” será dirigido ao Presidente da

Fundação CASA/SP, que decidirá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Artigo 35 – São competentes para julgar os recursos interpostos contra a aplicação das sanções administrativas previstas nesse Regulamento:

- I – A Chefia de Gabinete da Presidência, em relação às sanções administrativas de advertência e multa, quando o valor calculado for inferior ou igual a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- II – O Presidente da Fundação CASA/SP, em relação às demais sanções administrativas.

Parágrafo único – Quando houver cumulação de sanções administrativas em relação à mesma infração administrativa, deverá ser instaurado um único procedimento sancionatório, observadas as regras de competência e de procedimento aplicáveis à sanção administrativa mais gravosa.

Artigo 36 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente de que trata o artigo 35.

Artigo 37 – Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei federal nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Artigo 38 – A personalidade jurídica do infrator poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão

estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do artigo 160 do referido diploma legal.

Das Hipóteses de Retenção da Garantia e de Créditos da Contratada

Artigo 39 – Para fins de verificação quanto à liberação da garantia prestada ou pagamento dos créditos da contratada, a Administração verificará o seguinte:

- I – Se houve recebimento definitivo dos bens ou serviços e se há registro de descumprimento contratual, com proposta de aplicação de multa;
- II – Quando da rescisão dos contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o fiscal administrativo deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Artigo 40 – Até que a contratada comprove o disposto no artigo anterior, A Fundação CASA-SP deverá reter:

- I - A garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- II - Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento ou da multa proposta, até que a situação seja regularizada ou que o procedimento sancionatório seja concluído.

Artigo 41 – A Fundação CASA-SP poderá ainda:

- I – Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela contratada, reter a garantia prestada a ser executada conforme legislação que rege a matéria; e
- II– Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter os eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.

Parágrafo único – Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.